

O cultivo da terra:

leituras ecológicas de Gn 2,15 e Is 5,8-10

*The cultivate of the land:
ecological readings of Gn 2,15 and Is 5,8-10*

Érica Daiane Mauri *

* Mestre em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Especialista em Teologia Bíblica pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Doutoranda em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, Brasil. Professora na Escola de Teologia para Cristãos Leigos da Arquidiocese de Maringá; Professora visitante no curso de Especialização em Bíblia e em Catequese da Faculdade Vicentina.
ericadmauri@gmail.com

A pesquisa teve apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).
Código de Financiamento
001

Recebido em: 04/12/2021

Aprovado em: 14/12/2021

Licença *Creative Commons*
CC BY 4.0



abib
Associação Brasileira
de Pesquisa Bíblica

Resumo

O cuidado com a Terra exige de todos nós a constante busca por caminhos de conscientização e promoção de novas práticas comprometidas com o bem comum. Com o objetivo de iluminar o nosso modo de cultivar a terra, tendo em vista que esta é uma dimensão do necessário cuidado socioambiental, nos aproximamos dos textos bíblicos para uma leitura ecológica. A narrativa da criação em Gênesis, capítulo 2, oferece elementos que nos ajudam a compreender o trabalho humano e suas implicações para o meio ambiente. Enquanto a profecia de Isaías nos alerta para os problemas socioambientais causados por uma matriz de produção agrícola latifundiária. A narrativa de Gênesis 2 e a profecia de Isaías 5,8-10 fornecem elementos teológicos que permitem uma aproximação crítica com o atual modelo de produção agrícola vigente em nosso país. O agronegócio é estruturalmente depredador dos recursos naturais e promotor de degradação social, cultural e ambiental. Como proposta de cuidado com a Terra é preciso promover a substituição do atual modo de cultivo da terra para os modelos agroecológicos. A matriz agroecológica garante a produção agrícola concatenada com a preservação e regeneração ambiental e social para esta e para as futuras gerações de seres viventes.

Palavras-chave: Cultivar a terra. Gênesis. Isaías. Agronegócio. Agroecologia.

Abstract

The care of the Earth demand us a constant search for ways to promote awareness and new practices of engagement towards the common good. Aiming to shed some light on our way of caring of the earth - considering that it is a non-negotiable dimension of the socio-environmental care - we move towards some biblical text that suggest us an ecological reading. The creation narrative on Genesis, chapter 2, offers us some ground to understand the role of human work and its impact on the environment. Isaiah's prophecy calls our attention to some socio-environmental problems that are produced by the large-scale agricultural matrix of production. Both, Genesis 2 and Isaiah 5, 8-10, give us some theological elements that

allow us to make a critical approach to Brazilian's current mode of agricultural production. The agribusiness is, structurally, a model of production that destroys the natural resources of the earth and promotes a social, cultural and environmental degradation. In order to implement a proposal that brings about the care of the earth it is necessary to replace the current way of cultivate the land by the agroecological modes. Agroecological matrix ensures, to the present and to the future generations of living beings, a kind of agricultural production that is concerned with environmental and social preservation and regeneration.

Keywords: Cultivating the land. Genesis. Isaiah. Agribusiness. Agroecology.

1 Introdução

Nos últimos anos os assuntos sobre as mudanças ambientais e o cuidado com a Terra se popularizou, sendo pauta recorrente nas rodas de conversas cotidianas de nossa sociedade. Temas como mudanças climáticas, incêndios ambientais, secas prolongadas, escassez dos recursos hídricos, baixa produção agrícola, novos agentes infectantes, pandemia, dentre muitos outros, são realidades presentes e perceptíveis por todos. Contudo, se, por um lado, a consciência de que somos afetados pelas alterações ambientais dos últimos tempos e a necessidade de um novo modo de relacionar-se com o planeta tem atingido as diversas camadas da população, por outro, ainda se encontram distantes as ações que modifiquem profundamente nosso modo de conceber a relação do ser humano com sua Casa Comum.

Com o objetivo de contribuir com uma reflexão que possibilite a busca por novos caminhos de cuidado socioambiental e as necessárias transformações nas estruturas de nossa sociedade nos aproximamos de dois textos bíblicos – Gn 2,15 e Is 5,8-10 – com a proposta de leituras em perspectivas ecológicas. Neste intuito, buscamos encontrar elementos que iluminem o nosso modo de cultivar a terra, tendo em vista que esta é uma dimensão que tange o cuidado socioambiental, além de oferecer reflexões que contribuam com a *práxis* das comunidades cristãs em prol da preservação e do cuidado com a Terra.

A narrativa da criação em Gênesis, capítulo 2, oferece elementos que nos ajudam a compreender o trabalho humano e suas implicações para o meio ambiente. Enquanto na profecia de Isaías somos alertados para os problemas socioambientais causados por uma matriz de produção agrícola latifundiária. Concebemos que estes textos podem nos ajudar a compreender que o cuidado com a Terra exige a consolidação de um modelo econômico e sociocultural fundamentado na promoção do bem comum e transgeracional. Deste modo, contrastamos os principais danos ambientais promovidos pelo agronegócio e seu modelo de produção agrícola com os elementos teológicos oriundos dos textos bíblicos selecionados para esta pesquisa, e apresentamos um novo paradigma de cultivo da terra, sintetizado pelo modelo de produção agrícola de matriz agroecológica.

2 O cultivo da terra: gestação do cuidado socioambiental – Gn 2,15

O texto do capítulo 2 do livro de Gênesis corresponde a uma elaborada e singular narrativa sobre a criação do gênero humano e do mundo conhecido. Ele oferece um paralelo complementar à narrativa contida no capítulo 1 de Gênesis, que apresenta nítida

influência dos mitos da criação oriundos da cultura mesopotâmica, com o objetivo de contrapô-los e afirmar sua própria teologia e cosmogonia (FARIA, 2015).

De acordo com a teoria das fontes a narrativa de Gn 2 foi classificada como um relato de fonte Javista, datado do período salomônico (séc. X a.C.). Em estudos recentes, entretanto, a redação final do texto passou a ser considerada no período do pós-exílio, provavelmente no final da dominação do império persa. O texto de Gn 2,4b-25 constitui uma unidade narrativa com o texto de Gn 3,1-24 e corresponde a um relato genuinamente israelita, escrito com base nas antigas tradições orais locais do povo que permaneceu em Judá durante o exílio babilônico (2Rs 25) (SKA, 2016).

Westermann (2013, p. 14) apresenta a seguinte proposta de divisão, a qual adotamos com pequenas alterações:

A	2,4b-7	Introdução, criação e vivificação do ser humano
B	2,8-9	O jardim
C	2,10-14	Os quatro rios
D	2,15	Cultivar e guardar
C'	2,16-17	A proibição
B'	2,18-20	A criação dos animais
A'	2,21-25	A criação da mulher

É possível observar que o verso 15 apresenta uma centralidade na narrativa. Ele conclui o primeiro bloco da criação – homem e jardim – e abre a segunda fase dos atos criacionais – animais e mulher.

O texto apresenta elementos mitológicos próprios da visão comum do Oriente Médio Próximo, como a árvore da vida, os diferentes rios, o jardim de Éden e a criação do homem a partir da terra. Entretanto, a narrativa é singular na sua concepção da criação a partir da realidade desértica, na colaboração do homem no processo de criação realizado por Deus e na formação da mulher.

O cenário que comporta a narrativa sobre a criação do homem e da natureza é o ambiente desértico, desprovido de fontes abundantes de água e vegetação perene (Gn 2,4b-6). A construção deste relato se dá no horizonte do trabalho na terra, ambiente sociocultural do camponês israelita, no ciclo das plantações e criação de animais e nos ciclos hídricos.

Nos versos 4b a 6 o autor bíblico evidencia que quando Deus fez o céu e a terra – todo o mundo criado – não havia ainda ervas no campo, e dois são os motivos para a inexistência desta vegetação: ausência de chuva e do ser humano. O ser humano tem um propósito muito claro nesse contexto: cultivar o solo e irrigar a terra (Gn 2,5-6).

Nos versos 4 a 14 encontramos a descrição da criação do ser humano e uma sequência narrativa que estabelece de forma processual a constituição de um ecossistema harmônico e complexo, com elementos minerais, recursos hídricos e uma comunidade botânica clímax – o Jardim. O autor bíblico se detém em apresentar as condições de existência e a segurabilidade das relações vitais para o ser humano recém-criado. A esse respeito, Westermann esclarece que

[...] da criação do ser humano faz parte seu espaço vital (o jardim), os mantimentos (os frutos do jardim), o trabalho (2,15), a comunidade (2,18-24), e, em tudo isso, a relação com seu Criador. Deus criou o ser humano integralmente dentro desses elementos da existência viva; se eles forem

perturbados, também a existência humana é perturbada (WESTERMANN, 2013, p. 36).

Na narrativa existe uma interconexão entre o jardim e o ser humano (vv. 8 e 15), confirmando a teia de relações que mantém ambos como seres vivos. O Jardim do Éden é abundante em espécies vegetais, minérios e recursos hídricos, é um ambiente equilibrado e propício para acolher, para comportar e para garantir a vida de todas as espécies do reino animal (Gn 2,19).

Destacamos aqui o verso 15 e sua centralidade para a compreensão da implicação do trabalho humano diante das relações com as demais criaturas:

“Javé Deus colocou o homem no jardim de Éden, para que o cultivasse e o guardasse” (Gn 2,15)¹.

Dadas as narrativas da criação do ser humano e do Jardim encontramos no verso 15 um paralelo com o v. 8, porém com uma ampliação, onde é apresentada a “razão da existência do homem naquele jardim” (RAD, 1982, p. 96). É notório o claro mandato de Deus ao ser humano estabelecendo sua missão de cultivador e guardião da criação. O homem não é apenas um atento vigia das espécies criadas, e sim um mantenedor das relações e interações de equilíbrios entre todos os elementos (vegetal, mineral e hídrico) que garante a existência da comunidade de seres vivos – expresso no texto bíblico pela criação dos animais e da mulher (Gn 2,18-25).

Muitos autores encontram no verso 15 a referência à dignidade do trabalho, defendendo que a ideia de um Jardim de Delícias ou Paraíso não subentende um homem ocioso e livre de responsabilidades, “não sendo [o trabalho] uma punição, como se diz, às vezes, mas parte integrante da vocação do homem” (GRELOT, 1982, p. 34). O mandato de “cultivar e guardar” estabelece que o homem “deve trabalhar, isto é, aperfeiçoar agradavelmente o seu provento espontâneo, e deve guardá-lo, e isto, em geral, se entende pelo dever de conservá-lo para si e seus descendentes, observando a ordem divina” (BALLARINI, 1975, p. 169). O cumprimento dessa ordem divina “deve ser a resposta do ‘adam aos dons de Deus’” (RUBIO, 2001, p. 161).

Nesta narrativa bíblica o ser humano é concebido como um agricultor, um trabalhador da terra que com sua lida diária possibilita as condições necessárias para a existência da criação. O trabalho da terra está no âmbito da colaboração com Deus, na promoção da natureza e das diferentes espécies. O homem (*‘ādām*) modelado por Deus a partir do pó do solo (*‘āḏāmāh*) é a primeira obra da criação, é o colaborador direto para a manutenção do ecossistema estabelecido – o Jardim.

O “cultivar” a terra transpõe a necessidade primária de prover a alimentação, pois esta é dada gratuitamente por Deus ao ser humano, ao criar “todas as espécies de árvores agradáveis de ver e boas para comer” (Gn 2,9a) e as entregam ao gênero humano: “você pode comer de todas as árvores do jardim” (Gn 2,16). O direito à alimentação é primário à condição de vida do ser humano, independe do próprio ato de produzi-la, pois o alimento está à sua disposição na segurabilidade de um ambiente ecologicamente rico e equilibrado.

O ato executado pelo ser humano de cultivar e guardar o Jardim se estabelece na relação de cuidado para com a Terra, com a criação, uma ação consciente de sua missão

¹ Utilizamos neste artigo o texto bíblico da Nova Bíblia Pastoral (2017).

de promotor e mantenedor das condições que possibilitam a vida de todas as espécies. Há uma integridade e interrelação entre o ser humano e a criação:

Estão integrados, relacionam-se mutuamente e reciprocamente se mantêm [...]. A relação é existencial, é pressuposto de vida. O ato original é de Deus, Ele cria o ser vivo humano e cria o ser vivo 'jardim', porém a manutenção da vida se dá na integridade da relação entre ambos, na diaconia entre a criação – entre homem e 'jardim'. A diaconia se manifesta como um serviço do cuidado realizado pelo homem em prol do 'jardim', mas há também um servir cuidadoso do 'jardim' para com o *adam*, que lhe permite existir (ROSSI; MAURI, 2019, p. 15).

O texto de Gn 2,15 categoriza a ação do ser humano diante da criação. Como um agricultor, um pastor, um trabalhador da terra, seu labor deve favorecer que os elementos que garantem a existência das diferentes formas de vida possam existir e se manterem harmonicamente. Sua missão é ser um colaborador de Deus na criação, permitindo que as espécies criadas possam se manterem integradas e inter-relacionarem-se no grande jardim da vida chamado Terra.

3 A morte da terra em Is 5,8-10

Ai daqueles que juntam casa com casa e emendam campo com campo, até que não sobre mais espaço e sejam os únicos a habitarem no meio da terra. Javé dos exércitos jurou no meu ouvido: Suas muitas casas serão arrasadas, seus palácios luxuosos ficarão desabitados; um alqueire de videiras dará apenas um barril, e dez medidas de semente produzirão uma só (Is 5,8-10).

O Livro do Profeta Isaías é amplamente reconhecido e valorizado desde o médio-judaísmo até as comunidades cristãs, dado que é o livro mais citado e referido nos textos neotestamentários. O livro de Isaías surpreende por sua “vastidão e pela variedade de temas, de formas literárias e pela multiplicidade de referências históricas, que nem todas parecem claramente reconciliáveis com a figura de Isaías, filho de Amós, cuja missão profética se desenvolveu na segunda metade do século VIII a.C.” (SCALABRINI, 2019, p. 50). O livro comporta textos de autores de três períodos distintos: o período pré-exílico, exílico e pós-exílico – proto, dêutero e trito-Isaías.

Os capítulos 1 a 39 são reconhecidamente atribuídos ao período do Isaías histórico, um Profeta que apresenta proximidade com o ambiente social da elite de Jerusalém, com críticas contundentes ao modo de vida desta classe social e à prática de ações injustas. Sua ação profética coincide com o período de expansão máxima do império assírio, ocasionando pressão externa à Judá com constantes conflitos, incluindo a guerra siro-efraimita. Seus oráculos ocupam-se com os frutos “amargos” deste contexto social, econômico, cultural e religioso visíveis na sociedade de Judá, Jerusalém, Israel e Samaria. Isaías apresenta uma série de “oráculos que denunciam corrupção moral, injustiça, opressão social, idolatria e formalismo cultural” (SCALABRINI, 2019, p. 53).

O texto de Is 5,8-10 se encontra na primeira compilação de oráculos contra Judá e sua capital Jerusalém. O texto aparece na sequência do cântico sobre uma vinha que não produz bons frutos (Is 5,1-7), metáfora à sociedade que se recusa a seguir a Lei do Senhor:

“A vinha de Javé dos exércitos é a casa de Israel, e sua plantação preferida são os homens de Judá. Eu esperava deles o direito, e produziram injustiça; esperava justiça, e aí estão gritos de desesperos!” (Is 5,7). A narrativa de Is 5,8-24 é considerada como uma ressonância do cântico da vinha.

Em Is 5,8-24 encontramos uma série de seis “ais”, que tem por objetivo denunciar as injustiças e violências cometidas pelos poderosos da sociedade de Judá. O sétimo “ai” se encontra em Is 10,1-4 e completa a lista. É provável que estas sentenças existissem de forma independentes e tenham sido reunidas neste capítulo (ALONSO SCHÖKEL; SICRE DIAZ, 1988). As sentenças dos “ais” acompanham a seguinte estrutura: denúncia do delito e anúncio do castigo. Podemos encontrar seqüências similares nos textos de Am 5,7,8; 6,1; Hab 2,7-20 e Mq 2,1-4. O termo “ai” expressa mais que uma ameaça, ele corresponde a uma “lamentação fúnebre, que paira diante do desencadeamento da ira divina contra os culpados” (SCALABRINI, 2019, p. 59).

O primeiro “ai” desta lista, presente nos versos 8 a 10, apresenta a acusação sobre o acúmulo de casas e terras, sobre o latifúndio. Esta se tornara uma prática comum e um agravante do empobrecimento dos pequenos camponeses. A denúncia se dá mediante o descumprimento da Lei do Senhor da impenhorabilidade da terra (Lv 25,23-24). Ao adentrarem a Terra Prometida Deus repartiu a terra de modo que cada um pudesse ter seu campo e sua casa, garantia de sobrevivência e dignidade para todas as famílias (Js 13-21). O acúmulo de terras, pequenas propriedades e casas é um ato de injustiça inquestionável contra os socialmente vulnerabilizados e lesa o projeto de Deus.

Diante dessa prática repreensível social e religiosamente, o Profeta garante, por meio de um juramento divino, que as consequências alcançarão os que assim procedem. O castigo se dará na assombrosa solidão das ruínas das casas e na esterilidade das propriedades.

Destacamos na narrativa os elementos que se referem à esterilidade da terra, à perda de produtividade (Is 5,10). Eles aparecem de forma contrastante com a afirmação de que a terra dada por Deus ao seu povo era rica e de grande produtividade, propícia para o cultivo agrícola e para o pastoreio de animais, uma terra “onde correm leite e mel” (Ex 33,3). Tais características se converteram em degradação, infertilidade do solo e baixa produção agrícola, compreendido teologicamente por Isaías como castigo diante da perversidade dos líderes e governantes da casa de Israel e Judá. A injustiça que produz essa ação de Javé é expansão das propriedades, agregando campo a campo, casa a casa e assim alargando as fronteiras latifundiárias.

Seguramente o discurso profético é fruto de uma observação atenta e crítica da realidade, visto que o que se compreende como “castigo” divino é coerente com os efeitos socioambientais de um modelo de produção latifundiário. Este seria o padrão de desenvolvimento econômico vigente na sociedade contemporânea a Isaías e fortemente denunciado e condenado por sua profecia.

4 Contrastes entre a teologia de Gn 2 e Is 5,8-10 e o agronegócio e seus impactos ambientais

De acordo com o texto de Gênesis, capítulo 2, o trabalho do ser humano é compreendido como uma ação colaborativa com o processo criador realizado por Deus. O propósito do trabalho é garantir as condições ambientais favoráveis para a existência das diferentes comunidades de seres vivos criados por Deus. Como apresentado por Isaías, o

princípio de uma terra viva, fértil e rica em biodiversidade é convertida em degradação socioambiental à medida que o princípio que fundamenta o agir humano corresponde ao acúmulo de bens e capital.

A matriz de produção agrícola de nosso país é fundamentada na concentração fundiária, na monocultura extensiva e na exportação, tríade que define o agronegócio. O agronegócio é o neoliberalismo na agricultura e

[...] possui como essência a exploração do trabalho para a produção/reprodução, acúmulo e centralização do capital. Suas consequências podem ser visualizadas na degradação ambiental, no êxodo rural, na segregação socioespacial, na miserabilidade, na fome, na violência, no desemprego, etc. (CAMACHO, 2010, p. 170).

O agronegócio é socioambientalmente degradante. Suas extensas áreas de agroecossistemas (ecossistemas artificiais compostos por espécies monocultivadas) reduzem o número, o tamanho e a conexão de áreas de cobertura vegetal nativa, diminuindo drasticamente a biodiversidade. O impacto no equilíbrio ecossistêmico favorece o estabelecimento de espécies oportunistas, muitas delas parasitas, acarretando doenças e baixa produtividade, de modo que a produção agrícola de monocultura requer “a utilização cada vez maior de agroquímicos para combater pragas e garantir a produtividade, ocasionando grandes impactos à nossa sociobiodiversidade” (CAMACHO, 2010, p. 171).

O relato de Gn 2 apresenta que a presença do ser humano garantiria o afloramento da água subterrânea, irrigando a superfície e permitindo o surgimento da vegetação (Gn 2,5-6). No entanto, os grandes latifúndios e as monoculturas abeiram-se das fontes de água superficiais, por vezes descumprindo as leis de preservação de nascentes e matas ciliares. O número de nascentes e fontes de afloramento subterrâneos reduziram drasticamente nas últimas décadas, volume dos corpos d’água superficiais são igualmente impactados, acarretando o agravamento de crises de abastecimento hídrico tanto no campo quanto nos aglomerados urbanos. A compactação do solo, a falta de vegetação perene, bem como a impermeabilização de grandes superfícies (áreas urbanas) e a perfuração de poços clandestinos exercem uma terrível pressão sobre os níveis e qualidade dos lençóis freáticos. A retirada da cobertura vegetal nativa, o excesso de gases poluentes e outros fatores antrópicos alteram o regime de chuvas e o ciclo hídrico impactando diretamente na qualidade e quantidade da produção agrícola. Atualmente, percebemos uma inversão da narrativa bíblica, a ação humana tem extinguido milhares de fontes de água potável, além de comprometer a qualidade de centenas de outras.

O agronegócio causa a perda de solos cultiváveis. Outro fator do modelo latifundiário é a redução da fertilidade do solo, a baixa produção de matéria orgânica, perda desta camada juntamente com a perda da comunidade biota que garante a ciclagem dos nutrientes, a compactação do solo e o grande volume de escoamento superficial das águas pluviais desnudam os solos de sua camada fértil. Outros efeitos averiguados correspondem ao processo de desertificação, arenização e erosões que acometem frequentemente áreas de pastagens e monoculturas extensivas.

A redução da produtividade do solo tem sido um dos fatores que levam as fronteiras agropecuárias em direção às áreas de cobertura vegetal nativa. A expansão das propriedades para os biomas amazônicos, cerrado e pantanal denotam esse agravamento no modelo de cultivo que depreda e suga a produtividade do solo tornando-o infértil e inutilizável. Os “responsáveis pela destruição ambiental da Floresta Amazônica são os latifúndios do agronegócio, as empresas de madeira, e o latifúndio grilado” (CAMACHO, 2010, p. 179). Se

caberia ao ser humano, segundo a narrativa de Gn 2, preservar e garantir a fertilidade da terra, retirando-a da condição de deserto para a de um “jardim” fértil, o modelo convencional de produção agrícola tem se especializado em transformar os verdadeiros “jardins” do nosso país em desertos fumegantes numa velocidade assombrosa.

Na narrativa da criação de Gn 2 observamos que a erva do campo para existir prescinde da ação divina e da ação humana. Deus fornece os recursos para sua existência – “fazer cair a chuva” (Gn 2,5) – e o homem a permite manter-se dentre as criaturas viventes – “cultiva o solo” (Gn 2,6). Nada mais concreto que este imaginário mitológico. Considerando a produção em larga escala e o paradigma da revolução agrícola de meados do século passado, toda e qualquer erva que germine em uma plantação monocultivada e comprometa a homogeneização presente no agroecossistema é tida como indesejada e danosa aos objetivos econômicos projetados. Surge, assim, um arsenal de produtos químicos e de plantas geneticamente modificadas – transgênicas – que travam uma guerra contra as demais espécies da fauna e da flora nativas (ANDRIOLI; FUCHS, 2008). Os inúmeros princípios ativos e novas formulações de agrotóxicos crescentes no mercado demonstram com clarividência que o modelo convencional de produção agrícola tem perdido essa guerra a muito tempo. O surgimento das espécies resistentes a estes defensivos são o menor dos exemplos do fracasso desse modelo de produção; a contaminação ambiental; a intoxicação aguda e crônica dos trabalhadores, e suas respectivas famílias, que produzem, transportam, manipulam e aplicam os agrotóxicos; os resíduos prevalentes no produto alimentar final; o aumento crescente de doenças mutagênicas e carcinogênicas na população em geral são as evidências mais contundentes de que os agrotóxicos são o maior erro imputado na consciência da sociedade.

O uso dos agrotóxicos pauta-se na produtividade, considerando impossível a produção sem o uso destes produtos, o que é comprovadamente um equívoco: “a relação entre produção de grãos e uso de fertilizantes caiu de 42 toneladas para 13 toneladas de grãos por cada tonelada de fertilizante usada entre 1950 e 2000” (GONÇALVES, 2004 *apud* CAMACHO, 2010, p. 176). O uso de fertilizantes químicos encarece a produção e torna-se potenciais poluidores e contaminantes dos trabalhadores, áreas de preservação, corpos d’água e comunidade nativa de fauna e flora.

Se ao ser humano cabia-lhe a missão de favorecer a existência das ervas do campo, numa analogia à preservação da biodiversidade dos sistemas naturais, temos eliminado não somente a erva numa guerra química irracional, mas tornado impossível a existência das diferentes formas de vida devido a contaminação ambiental.

A substituição em nossa sociedade da matriz de produção da *agri-cultura* camponesa e familiar para o *agro-negócio* acarreta a perda cultural. Diante do esvaziamento populacional do campo há uma conseqüente perda da cultura dos povos camponeses e povos da floresta, um grande impacto na sociobiodiversidade.

Isaías com sua voz profética definiu o fatídico destino dos modelos latifundiários de produção, que impreterivelmente degradam o solo e levam à escassez os recursos naturais dos ecossistemas, deixando um rastro de ruínas social e ambiental, facilmente perceptíveis em nossa realidade.

5 O cultivo da terra: substituição da matriz de produção agrícola

Há uma multiplicidade de dimensões que nos convocam a esse olhar cuidadoso com a Terra, todas elas interligadas e interconectadas, o que contribui para a consciência da

complexidade dos sistemas naturais planetários. Uma destas dimensões é o cuidar da Terra frente ao nosso atual sistema de produção agropecuário consolidado no agronegócio, estruturalmente fundamentado no latifúndio e monocultura, subserviente ao sistema econômico global do acúmulo de capital.

Cuidar da Terra exige um imediato abandono do sistema de produção difundida e definida pelo agronegócio e uma transição processual e plena para modelos de produção agroecológicos e outros que se fundamentam na complexidade sistêmica do ambiente natural. Frente à degradação socioambiental promovida pelo agronegócio

[...] defendemos a agricultura camponesa e a dos povos tradicionais do campo por entender que estes possuem uma relação de equilíbrio com a natureza, fruto de sua prática da policultura orgânica, e porque estes entendem a produção de alimentos como requisito principal, pois visam a transformação da natureza, primordialmente, como forma de sobrevivência e não como forma mercadológica de produção de capital (CAMACHO, 2010, p. 171).

A produção agrícola de matriz agroecológica e agroflorestal tem seus saberes desenvolvidos e praticados há milênios por comunidades e culturas de povos originários. A agricultura dos povos tradicionais garante a diversidade de espécies; a produção de solo; conservação de fontes de água; a segurabilidade e autonomia alimentar do país e mesmo a conservação da diversidade sociocultural. Sua viabilidade de implementação para pequenas propriedades realoca uma população camponesa no meio rural e dignifica-os.

A produção agrícola de matriz ecossistêmica corresponde a uma alternativa viável e segura, recebendo aporte de novas pesquisas e tecnologias comprometidas com a preservação ambiental e desenvolvimento sociocultural. Tem crescido a consciência da necessidade de implementação deste modelo de produção, sobretudo na esfera da agricultura familiar, com busca de

[...] um padrão tecnológico pautado pela agroecologia – área da ciência que se fundamenta na compatibilização dos processos produtivos agrícolas com a conservação do ambiente e dos recursos naturais – na eficiência produtiva e energética, e em uma distribuição mais justa dos alimentos e da renda gerada a partir da produção primária (COSTA, 2017, p. 8).

O cuidado com a Terra demanda uma consciência crítica sobre os modelos vigentes de produção agrícola, seus impactos socioambientais e os meios de substituí-los por propostas que garantam a preservação e regeneração ambiental, cultural e social.

6 Considerações finais

Tendo por base a leitura em viés ecológico do texto de Gn 2,15, concebemos que o gênero humano, por meio de seu trabalho, é um colaborador na criação realizada por Deus, assegurando o surgimento da biodiversidade e mantendo os recursos naturais para a prevalência da complexa comunidade de vida. Assim, o ser humano seria um verdadeiro cultivador e guardião da criação, mas temos evidências que o sistema de produção da agricultura convencional (agronegócio) não atende a essa vocação primeira da humanidade.

A devastação socioambiental atual encontra ecos na denúncia apresentada pelo Profeta Isaías. O latifúndio e as grandes propriedades cultivadas em sistemas de monocultura extensiva promovem, decididamente, a degradação das condições ambientais necessárias para assegurar a produtividade a médio e longo prazo. O modelo de produção sintetizado pelo agronegócio agrava os problemas sociais, devido a expulsão dos pequenos proprietários e núcleos de agricultura familiar do campo, gerando o empobrecimento e a pressão socioeconômica nas periferias urbanas.

Pensar medidas de cuidado com a Terra exige de nossa sociedade enfrentar o danoso modelo de produção agrícola vigente, o agronegócio, que corresponde a uma ferida aberta na promoção de práticas de preservação ambiental e conservação das espécies. É urgente a promoção de estruturas de estado e organização social que promovam a substituição do agronegócio pela produção agrícola de base agroecológica, de modo a garantir o equilíbrio, a preservação e a regeneração socioambiental transgeracional.

Referências

ALONSO SCHÖKEL, Luis; SICRE DIAZ, José Luís. *Profetas I: Isaías, Jeremias*. São Paulo: Paulinas, 1988.

ANDRIOLI, Antônio Inácio; FUCHS, Richard (Orgs.). *Transgênicos: as sementes do mal. A silenciosa contaminação de solos e alimentos*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BALLARINI, Teodorico. *Introdução à Bíblia: com antologia exegética*. Petrópolis: Vozes, 1975. v. II/1.

CAMACHO, Rodrigo Simão. A barbárie moderna do agronegócio-latifundiário-exportador e suas implicações socioambientais. *Agrária*, São Paulo, n. 13, p. 169-195, 2010.

COSTA, Manoel Baltasar Baptista da. *Agroecologia no Brasil: história, princípios e práticas*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

GRELOT, Pierre. *Homem, quem és? Os onze primeiros capítulos do Gênesis*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1982.

FARIA, Jacir de Freitas. *As mais belas e eternas histórias de nossas origens em Gn 1-11: mitos e contramitos*. Petrópolis: Vozes, 2015.

NOVA Bíblia Pastoral. São Paulo: Paulus, 2017.

RAD, Gerhard von. *El libro Del Genesis*. 2. ed. Salamanca: Sígueme, 1982.

ROSSI, Luiz Alexandre Solano; MAURI, Érica Daiane. *Catequese e ecologia: espiritualidade ecológica e catequese responsável*. São Paulo: Paulus, 2019.

RUBIO, Alfonso García. *Unidade na Pluralidade: o ser humano à luz da fé e da reflexão cristãs*. 3. ed. São Paulo: Paulus, 2001.

SCALABRINI, Patrizio Rota. *Livros Proféticos*. Petrópolis: Vozes, 2019.

SKA, Jean-Louis. *O canteiro do Pentateuco*. São Paulo: Paulinas, 2016.

WESTERMANN, Claus. *O Livro do Gênesis: um comentário exegético-teológico*. São Leopoldo: Sinodal; EST, 2013.